

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Nº 0784/2025

De acordo com as informações prestadas no Formulário de Caracterização do Empreendimento, o (a) **SRA CINTIA DE MATOS MESQUITA**, Empreendedor(a)/Responsável Legal pelo empreendimento, **PREFEITURA MUNICIPAL DE REDUTO**, inscrito no CPF/CNPJ nº **01.614.977/0001-61**, DECLARA que a atividade descrita abaixo, localizada no município de **REDUTO**, não é passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo MUNICIPAL.

Segundo informação do requerente, a atividade será desenvolvida no município de **REDUTO** no Estado de Minas Gerais.

Item	Descrição
1-	MODALIDADE: DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ATIVIDADE: Atividade não listada e/ou com parâmetro inferior na DN COPAM 250/2024, será licenciada como Dispensa de Licenciamento Ambiental. DESCRIÇÃO: E-03-04-2: Estação de tratamento de água para abastecimento VAZAO DE ÁGUA TRATADA: 18, 00 L/S FATOR LOCACIONAL: 0 (ZERO) COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 20°14'39.27"S 41°58'48.23"O ENDEREÇO: Rua Madalena Elizabete , Bairro: CENTRO, S/N, Município de REDUTO - MG

Para as atividades declaradas, o porte e o potencial poluidor do empreendimento são inferiores àqueles relacionados no Anexo Único da Deliberação Normativa COPAM nº 250/2024.

NOTAS:

1. Esta declaração é válida de acordo com o processo administrativo nº **1040/1041/2025/CIMVA**.
2. Esta declaração não exige o responsável pelo empreendimento de obter junto aos órgãos ambientais competentes outorga para direito de uso de recursos hídricos, autorização para intervenção em área de preservação permanente e supressão de vegetação, registro no cadastro ambiental rural, além de obter a anuência do órgão gestor em caso de estar situado no entorno de unidade de conservação do grupo de proteção integral ou em unidade de conservação do grupo de uso sustentável.
3. Esta declaração dispensa o licenciamento ambiental no âmbito estadual e ou federal.
4. O órgão ambiental poderá convocar o empreendedor ao licenciamento ambiental deste empreendimento nos casos em que considerar necessário, conforme dispõe a legislação em vigor, sem prejuízo da obtenção de outras licenças e autorizações cabíveis.
5. As informações prestadas são de inteira responsabilidade do empreendedor o qual está ciente que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da Lei de crimes ambientais, c/c artigo 111 do Decreto nº 47.383/18, c/c artigo 19 da Resolução CONAMA 237/97.
6. Esta declaração tem validade de 2 (dois) anos a partir da data da sua emissão.

REDUTO– MG, 07/11/2025

Assinatura do requerente: _____

